

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br

Produção: Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS) - Tiragem: 800 exemplares

Nº 924

Em dia de mobilização nacional STF promete agilizar negociações

Lewandowski: “Vamos fazer de tudo para que isso se resolva logo”. Pressão deve continuar.

Na tarde desta quarta-feira (19), enquanto mais de mil servidores do Judiciário Federal e do MPU protestavam na porta do Supremo Tribunal Federal, os coordenadores da Fenajufe Roberto Policarpo, Evilásio Dantas e Antônio Melquíades (Melqui) se reuniram com os ministros Ayres Brito (presidente interino do STF) e Ricardo Lewandowski (presidente do TSE) e com o diretor geral do STF, Alcides Diniz, para tratar do PCS do Judiciário Federal. No encontro, a Federação cobrou uma posição dos ministros a respeito das negociações entre a cúpula do Judiciário e área econômica do Executivo para definir a previsão orçamentária necessária à aprovação e a conseqüente implementação do novo PCS.

A Fenajufe, apresentou sua preocupação com a demora na aprovação do projeto e, por isso, pediu

agilidade no fechamento das negociações com o governo. “O mais importante nesse momento é o resultado das negociações em torno do orçamento. Temos a preocupação com o tempo, que já está se esgotando”, ponderou Roberto Policarpo, coordenador da Federação, ao reforçar a reivindicação para que o STF e o TSE pressionem o Executivo para encontrar uma saída rápida.

Segundo o ministro Lewandowski, as negociações já estão ocorrendo e a comissão, formada pelo diretor geral do STF, Alcides Diniz, e pelo secretário de Recursos Humanos, Amarildo Vieira, tem mantido contato com a equipe técnica do Ministério do Planejamento. Ele disse que o **governo alega inexistência de verba** para implementar o plano este ano e que insiste em argumentos de que o impacto da proposta é

VENHA PARA A LUTA!

Assembleia no dia 21, sexta-feira, às 16h, no TRT

muito alto. “Estamos fazendo o possível para que a coisa se resolva. Está havendo avanços, mas o governo insiste que não terá condições de implementar nada esse ano. Da nossa parte, vamos atuar para que o projeto seja aprovado do jeito que está”, garantiu o presidente do TSE.

Para o presidente interino do STF, ministro Ayres Brito, tanto ele quanto o ministro Cezar Peluso (em viagem a Portugal) têm consciência de que é preciso melhorar a situação salarial dos servidores do quadro do Judiciário Federal e, por isso, estão empenhados para que as negociações do PCS avancem. “Sabemos do problema da evasão que temos no Judiciário e da quantidade de pessoas que prestam concursos para outros órgãos. Não queremos perder esses servidores qualificados e, nesse sentido, **reconhecemos a necessidade da aprovação do PCS**”, disse Ayres Brito.

Os coordenadores da Fenajufe, ao comentar as ponderações feitas em relação à postura do governo federal nas negociações, ressaltaram que nas campanhas pelos planos anteriores a equipe técnica do Executivo sempre “jogava” com os servidores, dizendo que não tinha verba para pagar naquele ano e que o impacto era muito grande. “Sabemos que o governo tem essa posição e sempre foi assim. Os projetos anteriores nunca foram para o Congresso Nacional já com a previsão orçamentária definida. **Da nossa, parte não vamos aceitar que haja rebaixamento da proposta e também insistimos que a implementação comece ainda neste ano de 2010**”, respondeu Policarpo, informando também aos ministros que se as negociações não avançarem nos próximos dias os **servidores do Distrito Federal entrarão em greve na próxima semana**, reforçando o movimento em outros Estados.

Os dois ministros se comprometeram a negociar conforme as reivindicações apresentadas pelos coordenadores da Fenajufe e defender, junto ao Ministério do Planejamento, que o projeto seja aprovado do jeito que está, sem rebaixamento na proposta. “**Não vamos deixar o governo negociar por muito tempo. Vamos fazer de tudo para que isso se resolva logo e se tiver o escalonamento, vamos trabalhar para que seja com um número reduzido de parcelas**”, garantiu Lewandowski.

Ao final da reunião, os dirigentes sindicais pediram que os presidentes do TST e do STF se reúnam com o presidente da República para agilizar o processo de negociação. Além dos coordenadores da Fenajufe, também participaram da reunião o diretor do Sindjufe-BA Rogério Fagundes e o diretor do Sindjufe-MT Walderson de Oliveira Santos.

Quadro nacional de greve atualizado



Santa Catarina: Justiça Eleitoral, do Trabalho e Federal em greve.

Amazonas e Roraima: Os servidores das Justičas do Trabalho, Federal e Eleitoral em Greve.

Mato Grosso: Justičas do Trabalho, Eleitoral e Federal em Greve

São Paulo: Os servidores decidiram manter a greve por tempo indeterminado. Justiça do Trabalho, Federal e Eleitoral paralisados. No TRE, onde a repressão está muito forte, a força da mobilização está crescendo.

Alagoas: Justičas Eleitoral, do Trabalho e Federal em greve.

Rio Grande do Sul: Justiça Federal, do Trabalho, Eleitoral estão em greve.

Maranhão: Justičas Federal, do Trabalho e Eleitoral em greve. Após a passeata do Judiciário Federal pelo centro de São Luís, os servidores realizaram debate na sede da Procuradoria da República

Rio de Janeiro: Justičas do Trabalho, Federal e Eleitoral em greve.

Bahia: Justičas do Trabalho, Eleitoral, Justiça Federal Militar e Federal estão em greve.

Piauí: Justiça Federal em greve.

Pernambuco: Greve nas Justičas Eleitoral e do Trabalho. Paralisações diárias na Justiça Federal.

Paraná: Justiça do trabalho em greve.

Paraíba: Justičas Eleitoral, do Trabalho e Federal em greve.

Rondônia e Acre: Justiça do Trabalho em greve.

Minas Gerais: Justičas Federal, do Trabalho, Militar e Eleitoral em greve

Pará e Amapá: Justiça do Trabalho e Eleitoral em greve.